

Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: actualizar para responder a novos desafios

FERNANDA EUNICE FIGUEIREDO

PALAVRAS-CHAVE

BIBLIOTECA MUNICIPAL

BIBLIOTECA PÚBLICA

LEITURA PÚBLICA

REDE

R E S U M O

O Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, criado em 1987, resulta da definição de uma política nacional integrada de desenvolvimento da Leitura Pública assente num modelo inovador de partilha de responsabilidades entre a administração central e local visando a criação de uma biblioteca pública em cada sede de concelho. Este artigo apresenta sumariamente o contexto da sua criação e desenvolvimento focando essencialmente os desafios que a sociedade da informação impõe às bibliotecas públicas. Neste contexto, sublinha-se a importância da política nacional para o sector caminhar com um novo ritmo, com o objectivo de “actualizar” a biblioteca pública portuguesa e a própria Rede no sentido de dotá-la da qualidade de rede informacional.

A B S T R A C T

The National Network of Public Libraries Program was created in 1987 under a new national policy to develop public libraries in Portugal. This new policy has adopted an innovative model, stressing the active relation and cooperation between central and local government. This paper presents a short overview of the evolution of this Program highlight the challenges for public libraries in the information society. To face the new paradigm is essential that the national policy for public library sector improves a new rhythm to the process of update the portuguese public library and consequently the National Network.

UMA POLÍTICA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DA LEITURA PÚBLICA – 1986

Em 1986 surge, por iniciativa do Estado, o interesse em definir e prosseguir uma política nacional de Leitura Pública, sendo criado para o efeito um grupo de trabalho pluridisciplinar directamente dependente da Secretária de Estado da Cultura, incumbido de planificar a intervenção do Estado neste sector. O objectivo deste grupo era, segundo o despacho que o constituiu, «apresentar um conjunto de medidas de actuação concreta nos domínios orçamental e normativo, bem como propostas de articulação das responsabilidades conferidas à administração central e às autarquias locais».

O estudo desenvolvido conduziu à produção do relatório “Leitura Pública – Rede de Bibliotecas Municipais” (1986), documento no qual se apresentava a proposta para a criação de uma Rede Nacional de Leitura Pública, tendo como unidade básica o concelho, proposta que passou a constituir a base do Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, mais tarde designado Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A decisão política de criar uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, em 1987, corresponde, no campo cultural, a uma intervenção política marcadamente inovadora para a época, e absolutamente necessária à mudança que a realidade nacional neste sector reclamava. Nesta área, como em outras do sector cultural, o nosso atraso era evidente e preocupante, facto que não se pode dissociar da falta de visão sobre o papel que a biblioteca pública desempenha na sociedade.

A definição de uma política integrada de desenvolvimento da Leitura Pública permitiu, neste contexto, tomar medidas que levaram à reestruturação deste campo de intervenção política assegurando a criação e desenvolvimento de uma rede de infra-estruturas de equipamentos, as bibliotecas públicas, assente na partilha de responsabilidades entre os dois níveis da administração pública, o central e o local.

A execução de uma política integrada de desenvolvimento da Leitura Pública obriga à criação de um organismo vocacionado para a execução do projecto, uma vez que o Instituto Português do Livro, IPL, existente na época, não podia responder adequadamente a esta nova área de intervenção. Com o Decreto-Lei n.º 71/87 cria-se o Instituto Português do Livro e da Leitura, IPLL, organismo autorizado, através de legislação específica, a estabelecer contratos-programa

com os municípios nos quais se regulamenta o que compete à intervenção de ambas as partes no processo de criação da Rede Nacional de Bibliotecas Municipais. Com a criação deste instituto é clara a opção por uma intervenção directa do Estado, justificada pela situação de grande carência vivida no sector.

O PROGRAMA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O modelo de execução adoptado, traduzido no Programa Rede Nacional de Bibliotecas Municipais, assenta no conceito de biblioteca pública definido pelo Manifesto da UNESCO, documento universal orientador do que se entende ser a biblioteca pública e a política que deve presidir à sua criação e desenvolvimento, podendo-se afirmar que o manifesto constituiu, e continua a constituir, um instrumento base que sustenta a política de desenvolvimento das bibliotecas públicas portuguesas.

Na génese desta política podemos identificar a convicção de que o desenvolvimento da cultura em geral sairá reforçado com a existência, a nível nacional, de uma rede de bibliotecas públicas e que, nomeadamente, elas serão indispensáveis para a promoção do livro e da leitura. Aliando estes princípios aos conceitos de rede e de parceria que o projecto desde logo incorpora, encontramos os aspectos mais inovadores que permitiram operacionalizar a mudança: um novo conceito de biblioteca pública, uma metodologia de acção assente na cooperação entre os dois níveis da administração do Estado, um conceito de rede.

Ao longo de quase duas décadas podemos facilmente constatar o desenvolvimento deste programa, não só através da criação de bibliotecas públicas de Norte a Sul do país, como também através da sua acção junto das populações que passaram a servir. Numa perspectiva de evolução do projecto, identificamos como momentos mais marcantes, os seguintes:

- 1986 – Criação de um grupo de trabalho pluridisciplinar
- 1987 – Criação do Instituto Português do Livro e da Leitura – IPLL
- 1987 – Estabelecimento de contratos-programa entre o IPLL e os municípios
- 1992 – Criação do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro – IBL
- 1997 – Criação do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – IPLB

A definição de uma política e a criação dos instrumentos necessários à sua concretização, nomeadamente legislação específica e um organismo nacional vocacionado para a sua execução, instrumentos que se mantiveram ao longo

destes anos dando consistência a uma intervenção política com continuidade, permitiram operar as mudanças pretendidas, e consensualmente considerar este projecto exemplar no seu desenho e resultados obtidos face aos objectivos iniciais.

Hoje o panorama das bibliotecas públicas portuguesas é substancialmente diferente, situação decorrente essencialmente da concretização no terreno de um novo conceito de biblioteca pública materializado em edifícios, equipamento adequado, fundos documentais diversificados, pessoal qualificado, novos serviços, e sustentado pelos seguintes princípios:

- A biblioteca não pode estar isolada do meio;
- A biblioteca não é concebida para servir uma elite;
- Nova concepção do espaço físico interior e exterior da biblioteca;
- Existência de espaços físicos diferenciados para vários públicos e utilizações;
- Os espaços da biblioteca são organizados funcionalmente;
- A biblioteca possui pessoal qualificado;
- A biblioteca disponibiliza fundos documentais actualizados e diversificados; em livre acesso e para empréstimo;
- A acção da biblioteca está direccionada para os interesses e necessidades dos utilizadores.

O conceito de biblioteca pública adoptado, e sumariamente caracterizado, tem-se concretizado no terreno a partir de um Programa de Apoio elaborado pelo organismo que tem a responsabilidade de executar a política para as bibliotecas públicas, e tem constituído a base para o desenho e criação das bibliotecas públicas no nosso país. O Programa de Apoio define a tipologia de bibliotecas a serem criadas no âmbito da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, de acordo com o número de habitantes dos concelhos, e define também para cada tipologia os requisitos básicos relativamente aos seguintes aspectos:

- Áreas e espaços para serviços ao público;
- Áreas e espaços para serviços internos;
- Fundos documentais;
- Quadros de pessoal;
- Anexos.

Com base neste programa, as câmaras municipais elaboram os seus projectos, concorrendo, através de um processo de candidaturas que é aberto para o efeito, ao apoio técnico e financeiro disponibilizado pelo Estado para a criação destes

equipamentos. No caso dos projectos serem seleccionados estabelece-se um contrato-programa entre o instituto que a nível nacional executa a política para as bibliotecas públicas e a câmara municipal. Neste contrato discriminam-se as vertentes de cooperação, assim como o montante financeiro relativo à comparticipação do Estado no projecto, o qual pode atingir 50% dos custos totais orçamentados (incluindo honorários da equipa projectista, obra de construção civil, mobiliário e equipamento específico, fundos documentais e informatização).

De 1987 até à actualidade a política nacional para o sector das bibliotecas públicas esteve a cargo de três organismos diferentes: o Instituto Português do Livro e da Leitura – IPLL (1987), o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro – IBL (1992) e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (1997), que se mantém até hoje. Estes organismos que resultam de momentos distintos de intervenção política no sector foram responsáveis pela elaboração, na totalidade, de nove programas de apoio correspondendo aos anos de 1987, 1989, 1992, 1994, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002 (actualmente em vigor).

Durante este período, de 1987 a Março de 2004, integraram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, segundo dados do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 237 municípios do continente, dos quais 122 já inauguraram a sua biblioteca pública. O projecto encontra-se actualmente em fase de integrar municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em consequência da aplicação do programa a estas regiões.

Abrindo as suas portas ao público, as bibliotecas trouxeram consigo uma nova imagem de serviço ao público, marcando presença a nível local, não só através da sua arquitectura, como também através da diversidade de recursos e suportes documentais oferecidos, tecnologias disponíveis, serviços dirigidos a diferentes públicos e actividades de animação e promoção.

Neste contexto, e considerando que em muitos concelhos deste país a biblioteca pública constituiu-se como o único espaço público de acesso à informação, à educação, à cultura e ao lazer, não é nunca demais sublinhar o seu papel de dinamização local, o qual tem contribuído para sublinhar o sucesso alcançado com a criação desta rede considerada um bom exemplo de relacionamento entre a administração central e a local, e um bom modelo para criação de infra-estruturas de equipamentos a nível nacional.

Em nosso entender, podemos apontar alguns aspectos que ajudam a explicar o impacto positivo da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas no desenvolvimento cultural do país:

- Parceria entre administração central e local;
- Existência de um programa que define os requisitos mínimos (áreas, serviços, equipamento, fundos documentais, pessoal) para a criação de uma biblioteca pública;
- Comparticipação financeira do Estado dependente do cumprimento, por parte das câmaras municipais, dos requisitos exigidos (programa);
- A continuidade da política;
- Uma intervenção que engloba simultaneamente as vertentes da infra-estrutura, do equipamento, fundos documentais e pessoal;
- A exigência de quadros técnicos qualificados (formação específica);
- O impacto local das bibliotecas;
- O reconhecimento internacional.

Quando falamos desta rede estamos a falar de um conjunto de equipamentos culturais criados com base num denominador comum que podemos caracterizar do seguinte modo: a adopção por todos os intervenientes de um mesmo conceito de biblioteca pública, um programa base e uma metodologia para a sua execução comum a todas as bibliotecas, e a parceria estabelecida entre a administração central e local para a concretização, no terreno, de uma política para as bibliotecas públicas.

A apresentação sumária que fizemos do projecto sublinhando os aspectos relativos a um novo conceito de biblioteca pública, a uma metodologia de acção assente na cooperação entre os dois níveis da administração do Estado e a um conceito de rede, permite afirmar que na sua essência, o Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas mantém hoje a filosofia inicial tendo basicamente procurado actualizar o próprio conceito de biblioteca pública principalmente decorrente dos desafios colocados pela sociedade da informação.

OS DESAFIOS DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO – 1997

Neste contexto, podemos apontar o ano de 1997, uma década passada após o lançamento da rede, como aquele em que ocorreram as alterações mais significativas no seu processo de desenvolvimento. Estas alterações prendem-se

com a necessidade da política nacional para o sector passar a incorporar alguns dos resultados da experiência adquirida no desenvolvimento da rede, assim como integrar um novo conceito de biblioteca pública, expresso no Manifesto da UNESCO, de 1994, que visa a coexistência de todos os tipos de suportes e tecnologias modernas com os fundos tradicionais nas bibliotecas públicas.

Aspectos como o aumento das áreas de construção, a diversificação de recursos humanos e colecções, a integração de fundos documentais, a disponibilização de tecnologias de informação e comunicação e novos serviços assentes no seu uso, uma nova arquitectura de espaços, resultam não só da necessidade de actualização decorrente de factores internos, como também, e principalmente, de factores externos relacionados com os desafios que o novo contexto da sociedade da informação passa a colocar à biblioteca pública.

Este contexto externo é fortemente marcado pelo estudo sobre o papel das bibliotecas públicas na sociedade da informação, designado por *Public libraries and the information society* (1997), encomendado pela Comissão Europeia, o qual contribuiu para uma forte discussão no meio profissional e político sobre a acção da biblioteca pública.

Face aos desafios da sociedade da informação, impunha-se um novo olhar sobre o papel da biblioteca pública na sociedade, apesar do estudo considerar existir já um bom nível de desenvolvimento das bibliotecas públicas em alguns países da Europa. No entanto, segundo este documento, a maioria das bibliotecas públicas resulta de um desenvolvimento desigual marcado por diferentes velocidades reflexo dos seguintes factores: insuficiente sensibilidade política, financiamento inadequado, falta de formação profissional e uma mentalidade conservadora.

Apontando os papéis fundamentais da biblioteca pública no desenvolvimento da sociedade da informação, o estudo parte da caracterização da situação das bibliotecas públicas na Europa para a apresentação de um conjunto de recomendações a ser seguido quer a nível nacional ou regional, quer a nível europeu. Estas recomendações assentam no conceito de “biblioteca actualizada”, a biblioteca capaz de responder aos desafios da sociedade da informação, por oposição à “biblioteca desactualizada”, aquela que ainda domina a realidade vivida no sector.

Por “biblioteca actualizada” entende-se a biblioteca que acompanha os serviços tradicionais com novos serviços e tecnologias, constituindo um instrumento

fundamental para a concretização local da sociedade da informação. Esta biblioteca deve oferecer os seguintes serviços:

- acesso ao conhecimento humano, independentemente da forma sob a qual foi registado;
- uma colecção de material impresso e multimédia para empréstimo;
- acesso a redes e apoio à navegação em rede e à pesquisa de informação;
- postos de trabalho para utilizadores;
- oportunidades de formação e aprendizagem aberta;
- um espaço físico, proporcionando oportunidades de encontro;
- serviços de disponibilização electrónica de documentos.

A nível nacional podemos considerar que as alterações significativas ocorridas em 1997, e que passaram a constituir a base para um novo desenho das bibliotecas da rede, se enquadram neste processo de actualização da biblioteca pública. Por um lado assistimos neste ano à criação do Instituto Português do Livro e da Leitura, IPLB, o qual continua até hoje a ser o organismo estatal responsável pela execução da política nacional para este sector cultural. Entre outros factores que justificam a sua criação, o Decreto-Lei 90/97 refere: «As transformações tecnológicas ocorridas nos últimos tempos e as mutações culturais subsequentes reforçam o papel fundamental que compete ao estado na criação efectiva de condições que assegurem a produção de informação e que viabilizem o seu acesso aos cidadãos».

Por outro lado, procedeu-se à elaboração de um novo Programa de Apoio, cujo articulado marca decisivamente uma mudança radical ao nível do desenho e organização da biblioteca, decorrente do conceito de biblioteca pública em que o tipo de suporte dos documentos deixa de ser o elemento justificador da existência de espaços físicos diferenciados. Este programa passa a reflectir uma concepção de biblioteca que integra os diferentes suportes da informação e conhecimento, e que como edifício é menos compartimentada, contemplando em espaços físicos mais amplos uma maior diversidade de funções, algumas completamente novas entre nós como as referentes aos serviços de informação à comunidade, autoformação e aprendizagem à distância.

A nova organização funcional e espacial da biblioteca passa a marcar o desenho dos espaços ao público e dos espaços de serviços internos, constituindo a mudança mais significativa o desaparecimento, a partir desta data, do sector audiovisual

presente nos edifícios construídos ao abrigo de programas anteriores, e a disponibilização de novos serviços, nomeadamente computadores para uso pessoal e acesso à Internet.

Este novo modelo passa a ser a base não só para a construção da infra-estrutura, como também para a organização dos recursos documentais e serviços a disponibilizar ao público. Neste contexto, mantendo-se a filosofia inicial do programa, tem-se procurado ao longo destes últimos anos actualizar as bibliotecas públicas face aos desafios da sociedade da informação, principalmente ao nível dos edifícios e ao nível da informatização dos serviços.

Não estando ainda concluído o processo de criação da infra-estrutura de equipamentos, uma vez que não está ainda cumprido o objectivo inicial de dotar cada concelho do país com uma biblioteca municipal, estamos perante uma nova fase de desenvolvimento assente num conceito de biblioteca pública que incorpora simultaneamente a oferta de serviços tradicionais e de novos serviços decorrentes do uso das tecnologias de informação e comunicação.

Criar hoje novas bibliotecas e actualizar as que já integram a rede tendo como base esta dualidade de funções e pensando mais a biblioteca na lógica do acesso aos serviços que esta deve oferecer ao cidadão, constitui um desafio à política definida para o sector tão decisivo como foi, em 1986, a proposta de criação de uma Rede Nacional de Bibliotecas Municipais no nosso país.

A realidade nacional é hoje mais complexa. A rede inclui bibliotecas que estão em estádios diferentes de desenvolvimento, não só no que respeita aos edifícios como no que respeita à criação, manutenção e evolução dos serviços prestados ao público, aos recursos que possuem (pessoal, fundos documentais, equipamento, orçamento), ao papel que desempenham na política cultural local. Para dar resposta à diversidade de necessidades que resultam desta realidade torna-se necessário que a política definida para o sector incorpore novas modalidades de acção que conduzam a uma actualização não só da biblioteca pública, como já se referiu, mas também do próprio conceito de rede.

Esta actualização está já, em termos gerais, contemplada nas atribuições definidas em 1997 para o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, que passamos a apresentar:

– «Elaborar modelos estratégicos e metodológicos que contribuam para reduzir as disparidades regionais, no caminho para a sociedade de informação, atendendo ao papel fundamental das redes de bibliotecas no reforço da democracia,

da liberdade de expressão e da igualdade, do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.»

– «Planear a instalação da rede de bibliotecas públicas, enquanto centros locais interactivos de informação, tendo em conta que devem poder assegurar a igualdade de oportunidades a toda a população do País, independentemente dos constrangimentos, entre outros, de tempo e lugar.»

– «Apoiar a criação de novas bibliotecas públicas, a nível local e regional, e a modernização das existentes no sentido de fornecer informação à comunidade, considerando as diferentes necessidades do seu quotidiano, desde a formação contínua e a ocupação dos ócios, até às de carácter social e profissional, utilizando as tecnologias de informação e comunicação.»

Estas atribuições identificam desde logo diferentes vertentes de actuação cujo objectivo central é dotar as bibliotecas das condições necessárias para que possam desempenhar o seu papel no seio da sociedade da informação, constituindo uma rede em que os seus múltiplos pontos, as bibliotecas públicas, são centros locais interactivos de informação, assegurando a igualdade de acesso ao conhecimento por parte dos cidadãos, sem limitações de tempo ou lugar.

No entanto, a nosso ver, não se criaram ainda alguns instrumentos, nem se desenvolveram as metodologias necessárias para actuar em simultâneo ao nível das diferentes vertentes, principalmente no que respeita aos desafios que o novo contexto informacional coloca à biblioteca pública e conseqüentemente à rede de bibliotecas. Esta situação torna-se mais clara se tivermos em conta que este organismo possui responsabilidades que não se esgotam no apoio à criação de novas bibliotecas, abarcando também a modernização das existentes, no sentido de, em ambas as situações, as tornar capazes de oferecerem serviços baseados no uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação.

Possui ainda a responsabilidade de definir estratégias e metodologias que concorram não só para a criação de bibliotecas, mas que também contribuam para reduzir disparidades resultantes de assimetrias regionais e níveis desiguais de desenvolvimento dos serviços das bibliotecas da rede, tendo sempre em atenção o papel fundamental das redes de bibliotecas para o desenvolvimento social e cultural das populações no contexto da sociedade da informação.

Tendo em conta estas responsabilidades e a realidade actual das bibliotecas da rede verificamos que não atingimos ainda um nível satisfatório

de desenvolvimento no que respeita à utilização das TIC nas bibliotecas, principalmente na vertente de criação e disponibilização de serviços e conteúdos ao público, assim como na utilização das potencialidades da tecnologia para actualizar o conceito de rede.

Apesar do trabalho já desenvolvido e do investimento realizado pelas administrações central e local no sentido da informatização das bibliotecas, estamos ainda longe de podermos observar, pelo menos na maioria delas, a disponibilização de catálogos e serviços via Internet, ou a criação e desenvolvimento de serviços assente na partilha de recursos entre bibliotecas, situação hoje em dia favorecida pelo uso das tecnologias.

Se tivermos em conta os três estágios de desenvolvimento das bibliotecas públicas da Europa caracterizados no estudo da Comunidade Europeia, de 1997, anteriormente mencionado, constatamos que, na rede, não saímos ainda, maioritariamente, do primeiro estágio correspondente à automatização das rotinas internas no sentido de proporcionar o acesso público ao catálogo em linha, pré-requisito das outras fases.

Neste contexto, impõe-se uma actuação que conduza à criação de um nível básico de utilização das TIC em todas as bibliotecas que permita disponibilizar um conjunto mínimo de serviços ao cidadão, assim como o acesso a informação e conhecimento sem limites de tempo e lugar. Caminhar neste sentido mantendo a cooperação efectiva entre a administração pública central e local obriga a uma avaliação conjunta dos objectivos definidos para a rede e a uma identificação clara dos factores que concorrem para um desenvolvimento tão lento no que respeita à actualização das bibliotecas e da rede face aos desafios da sociedade da informação.

Considerando esta realidade há que criar novas modalidades e vertentes de cooperação entre o Estado e as câmaras municipais que permitam responder a desafios novos, sustentadas por uma legislação de bibliotecas que há muito se reclama. Numa perspectiva de desenvolvimento da rede, deveriam ser criados vários tipos de programas que constituíssem os instrumentos de execução de políticas não só ao nível da construção de novos edifícios, como tem acontecido até à data, mas também aos níveis de: modernização dos edifícios existentes; redes concelhias (pólos e bibliotecas itinerantes); utilização generalizada das tecnologias da informação e da comunicação; desenvolvimento de serviços

e conteúdos partilhados entre bibliotecas; formação do pessoal; actualização de colecções; articulação com outros programas nacionais e internacionais.

Ainda nesta perspectiva há que desenvolver mecanismos de acompanhamento e controlo que permitam criar e consolidar um nível básico de recursos com qualidade nas bibliotecas, nomeadamente colecções, pessoal e tecnologias, sem o qual se poderá estar a comprometer investimentos já realizados e a inviabilizar a concretização com sucesso de novos projectos e programas. Para além de programas e metodologias comuns para a construção de bibliotecas, teremos de definir programas e metodologias comuns para o desenvolvimento de serviços, produção de conteúdos e partilha de recursos com base no uso das tecnologias, de modo a dotar a rede actual da qualidade de rede informacional.

Segundo CASTELLS (2000), «as funções e os processos dominantes, na Era da Informação, organizam-se, cada vez mais, em torno de redes (...). As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. Embora a organização social, sob a forma de rede, tenha existido noutros tempos e lugares, o novo paradigma da tecnologia de informação fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social».

Na sociedade actual o conceito de rede desempenha um papel central, pelo que não podemos hoje reflectir sobre o futuro da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas sem ter em conta este novo paradigma da tecnologia, e a consciência de que o próprio conceito de rede terá de evoluir. Segundo CASTELLS (2000), neste novo contexto, a «rede é um conjunto de nós interligados (...) o que determina que a distância (ou intensidade e frequência da interacção) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se lhe não pertencerem. Por outro lado, dentro de determinada rede, os fluxos não têm distância ou têm a mesma distância entre os nós.» O caminho que temos de percorrer na rede tem de ser na direcção de «um conjunto de nós interligados» onde, claramente, pertencer a essa rede seja mais vantajoso do que não lhe pertencer.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, Manuel – *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FREITAS, Eduardo de – *As bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação*. Lisboa: Observatório das Políticas Culturais, 1998.

IFLA – *Os Serviços da Biblioteca Pública: directrizes da IFLA/UNESCO*. Lisboa: Caminho, Liberpólis, 2003.

MANIFESTO DA UNESCO [Em linha]. Paris, 1994 [Consult. em 31 Jan. 2004]. Disponível em: <URL:http://rnbp.iplb.pt/Documentos/manifesto_UNESCO.pdf>.

MOURA, Maria José (coord.) – *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura, 1996.

MOURA, Maria José (coord.) – *Plano de apoio às bibliotecas municipais: relatório complementar*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

MOURA, Maria José (coord.) – *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor*. Braga: Autores de Braga, 1996.

PORTUGAL. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – *Programa de apoio às bibliotecas municipais*. Lisboa: IPLB, 1997.

Public libraries and the information society [Em linha]. Luxembourg, 1997 [Consult. 14 Abr. 2004]. Disponível em: <URL:<http://www.cordis.lu/libraries/en/plis/homeplis.html>>

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) – *As políticas culturais em Portugal (1985-1995)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 1998.

USHERWOOD, Bob – *A biblioteca pública como conhecimento público*. Caminho: Lisboa, 1999.

VENTURA, J. B. – *Bibliotecas e esfera pública*. Celta: Oeiras, 2002.